

Documentos Técnicos

Programa de Educomunicação Socioambiental

Série Documentos Técnicos - 2

**Órgão Gestor da Política Nacional de
Educação Ambiental**

Programa de Educomunicação Socioambiental

Série Documentos Técnicos - 2

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Brasília

2005

Série Documentos Técnicos

Série publicada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, com o objetivo de divulgar ações, projetos e programas de educação ambiental voltados a políticas públicas de abrangência nacional.

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Ministério do Meio Ambiente Ministra Marina Silva	Ministério da Educação Ministro Tarso Genro
Secretaria Executiva Cláudio Langone	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Ricardo Henriques
Diretoria de Educação Ambiental Marcos Sorrentino	Diretoria de Educação para a Diversidade e Cidadania Armênio Bello Schmidt
	Coordenação Geral de Educação Ambiental Rachel Trajber

SUMÁRIO

1. Introdução: histórico da proposta e conceitos preliminares.....	5
2. Justificativa	7
3. Fundamentos	9
4. Antecedentes	15
5. Dimensões da Educomunicação.....	19
6. Princípios para o Programa de Educomunicação Socioambiental.....	21
7. Objetivos e Ações	23
8. Referências bibliográficas e outras indicações de leitura	27

Programa de Educomunicação Socioambiental

(documento em consulta pública)

1. Introdução: histórico da proposta e conceitos preliminares

As motivações principais que determinaram a produção do presente documento foram: (a) apresentar um esboço da formulação de uma política pública de comunicação para a educação ambiental, em resposta à linha de ação “Comunicação para a Educação Ambiental” e sua descrição - “Produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à educação ambiental”. A intenção é sistematizar as ações já traçadas pelo Órgão Gestor da PNEA quanto a esta linha de ação, redefinindo-as, na medida do necessário, e ampliando-as; (b) lançar elementos para se pensar mais amplamente uma política de comunicação ambiental de modo geral, visando a interação dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental com as ações e políticas das demais secretarias do Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados, do Ministério da Educação, outras instâncias de governo e da sociedade civil, inclusive da mídia.

Em 20 e 21 de outubro de 2004 ocorreu em Brasília a I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental, promovida pela DEA/MMA. As discussões e encaminhamentos desta Oficina apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um programa de comunicação ambiental na perspectiva da Educomunicação. Os princípios, objetivos e ações da presente proposta correspondem, em grande parte, às recomendações do coletivo desta oficina.

2. Justificativa

A elaboração de uma política de comunicação ambiental no âmbito do MMA têm sido demandada desde o início da atual gestão. Em 2003, por ocasião da I Conferência Nacional de Meio Ambiente, os delegados encaminharam uma moção nesse sentido dirigida ao conjunto do governo federal, ocasião em que o Ministério do Meio Ambiente se comprometeu a conduzir a tarefa.

Nesse contexto, a presente proposta do Programa de Educomunicação Socioambiental não responde a todas as necessidades de construção de uma política de comunicação ambiental. Mas corresponde à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental que, na perspectiva do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, se quer presente como competência e conteúdos de todos os canais de comunicação no país.

Em busca de uma sistematização da linha de ação do ProNEA “Comunicação para a Educação Ambiental”, deparamo-nos com uma série de ações pontuais já realizadas no âmbito do governo federal, em outras secretarias do MMA e seus órgãos vinculados, e na CGEA/MEC. No Ministério do Meio Ambiente, percebemos que as atividades de comunicação ainda não têm critérios comuns a todos os setores, o que pode implicar na ausência de padronização das publicações até a variação de critérios para apoio a projetos e celebração de parcerias no interesse da comunicação ambiental. Percebemos, portanto, que estas ações carecem de um alinhamento geral. No caso específico do Processo Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil, promovido pelo Órgão Gestor da PNEA, é importante ter-se clareza das diretrizes para a formulação de políticas de comunicação como parte das políticas e programas estaduais de educação ambiental.

As ações previstas na presente proposta, portanto, também buscam responder sensivelmente à demanda de integralizar as ações da DEA/MMA e CGEA/MEC, das demais secretarias destes Ministérios e das instituições executoras da PNEA e envolvendo, num âmbito maior, todos os órgãos do SISNAMA, e também entidades não-governamentais, de classe e meios de comunicação. É o caso, por exemplo, do componente *Sistema Virtual de Canais de Rádio e TV* que, através da Rádio MMA e da TV MMA (virtuais), pretendem servir para dar visibilidade e acesso a uma série de produções já realizadas e a realizar-se em parcerias construídas pelos diversos setores citados, irradiando produtos de utilização educativa certa e campanhas fundamentais à difusão das ações de todo o MMA e entidades vinculadas. Pensamos em propor uma política estruturante, favorecendo um pensamento coeso sobre que projetos apoiar, sob quais critérios, que ações são consideradas prioritárias e como, metodologicamente falando, implementar estas iniciativas. É preciso uma contextualização clara do terreno em que se atua, o que só é possível em diálogo com os setores que pesquisam a comunicação, com as redes e coletivos representativos do setor. Mais ainda, uma política que não responda apenas às demandas de governo, mas ao refletir uma construção participada, fale diretamente aos governos locais e estaduais, à sociedade civil, em especial ao meios de comunicação, como um referencial de práticas de comunicação educativa ambiental.

Há, dessa forma, uma forte demanda por documentação e instrumentalização de toda a ação educativa motivada pelo ProNEA. Isso envolve a existência de dados cadastrais acessíveis, sistemas de informação e também metodologias para a produção interativa e veiculação de conteúdos de educação ambiental pelos meios, além do fortalecimento dos processos informais, não-midiáticos de comunicação ambiental educativa. O sucesso do ProNEA, e sua sustentabilidade, acreditamos, dependem disso.

A carência de uma política integrada de comunicação ambiental, no âmbito do Governo Federal, contrasta com a riqueza de experiências da sociedade civil, de setores empresariais e

governamentais na área, e deixa sem resposta uma demanda crescente por informação e comunicação ambiental. Podemos perceber um movimento ascendente no Brasil por organização e formulações em torno da comunicação e informação ambiental em todos os setores citados, muitas vezes integradamente, na forma de seminários, congressos, encontros, articulação de redes e publicações que têm proliferado nos últimos anos.

3. Fundamentos

Confunde-se, algumas vezes, política de comunicação com ação de monitoramento e intervenção pontual nos meios de comunicação, e outras apenas com gestão e democratização da informação. Ocorre que a ação comunicativa só expressa plenamente um conteúdo de fato educativo quando não se reduz a uma acepção de extensão-transmissão de informações, mesmo com a prerrogativa do dever democrático de estendê-la ao público que detém o direito de destinatário. Também não se trata apenas de responder ou pautar o tema Educação Ambiental, visando um controle-doutrinação da mídia ou pela mídia. Uma política de comunicação não pode se resumir, também, a uma diretriz que ordene a produção de materiais informativos e documentos ou gerência de redes de informação.

Além de observar a ocupação de todo o espaço de interatividade possível na compreensão do que é plenamente Comunicação, consideramos que uma política de comunicação ambiental, que esteja baseada nos princípios da democratização, promoção da autonomia e emancipação, não pode se materializar sem que haja condições de inclusão ampla no direito à comunicação, que significa não só poder ter acesso à informação e aos bens culturais mediatizados ou não, mas também acesso à participação na criação e na gestão dos meios de comunicação.

Começaremos falando de algumas abordagens, relembando algumas trilhas teóricas:

É preciso considerar inicialmente as abordagens existentes sobre a comunicação e a relação entre comunicação, educação e sustentabilidade. Nesta interface foi e tem sido pensada a comunicação ambiental nos últimos quinze anos. A relação com o tema do desenvolvimento sustentável, por um lado, ressaltou o aspecto do direito à informação como condição *sine qua non* do empoderamento de novos atores e implementação das agendas ambientais. Por outro lado, reduziu, muitas vezes, a participação da comunicação a uma compreensão utilitária e de adestramento ideológico em torno da massificação de valores, a partir da compreensão da necessidade de “conscientização pública”. Essa necessidade de “conscientizar” o outro a partir de valores e discursos pré-estabelecidos é que está colocada em cheque pela novas gerações de educadores ambientais, em que emerge a importância da não-prescritividade de suas metodologias e ações educativas.

Comunicação não é o mesmo que informação, contudo, atualmente esta confusão tem se acentuado, com a preponderância das abordagens da teoria da informação, em função da corrida pela informatização dos processos culturais e educativos. Uma ética discursiva e comunicativa deve, contudo, compreender o seu caráter dialógico e crítico como inalienáveis.

Paulo Freire, no seu pensamento em comunicação, foi decisivamente inspirado por Martin Buber (1976), que utilizava os conceitos de “círculo”, “roda”, “partilha” e “encontro” como elementos vitais e sustentadores da vida em comunidade, e o diálogo verdadeiro como único fator determinante da manutenção da união (egrégora) e do pertencimento à mesma. Freire (1973) defendeu a apropriação política dos instrumentos de comunicação – em especial e inicialmente a língua; defendeu também a diferenciação entre extensão/transmissão e comunicação/educação. Para ele, não haverá educação senão dentro de uma razão comunicativa dialógica que suplante a tendência de dominação ideológica que se pratica na facilidade em reduzir-se comunicação à transmissão-extensão de informações, por melhor que seja a intenção de impor uma mudança cultural. Também no pensamento de Freire ressoam idéias de Antonio Gramsci – na concepção do intelectual orgânico que fala de necessidades de sua classe, mas consciente e informado do discurso e ação das classes dominantes. Isto nos remete ao tema da apropriação da educação ambiental pelos

seus públicos: a comunicação, de fato, implica numa “reciprocidade que não pode ser rompida” (Freire, 2002:67).

Ao observar a própria língua como instrumento primário de comunicação, percebemos que os cuidados com a oralidade aproximam ou afastam os interlocutores, comprometem a relação a um distanciamento fatal, ou unem decisivamente corações e mentes de modo inesquecível. Os principais riscos, em se tratando de diálogo educativo, são a *tecnocratização* e a *burocratização* da fala, da argumentação, do discurso.

O cuidado com uma oralidade que gere sentidos apropriáveis e não afirme um domínio que apenas uma elite técnica pode alcançar plenamente, deve estar seguramente expresso nos princípios dessa política – eis a questão da não-tecnocratização. É por essa razão, para gerar um sentido mais abraçável, que no Acre por exemplo, passou-se a falar de “envolvimento sustentável”, como um sentido mais simpático e sinérgico que o de “*desenvolvimento sustentável*”, e em “florestania”, como forma mais coerente com a natureza do que a “cidadania”. Certamente não haverá enraizamento verdadeiro da educação ambiental na sociedade brasileira sem envolvimento sustentável dos corações – o envolvimento aí é o resultado e é o compromisso que faz tudo começar e perdurar. A Educomunicação, semelhantemente, é um conceito novo que também aponta para um horizonte de sociedades sustentáveis.

O risco do discurso burocratizado se refere, por outro lado, ao distanciamento e dispersão dos sentidos que podem sensibilizar e mobilizar pela objetividade e simplicidade. Podemos dizer com ênfase, como numa recente campanha publicitária do MEC (2004), que “a educação de fato transforma a vida das pessoas”, ou podemos burocratizar e perder essa ênfase, ao dissermos que “a educação é um componente importante que contribui para a possibilidade de mudança de consciência, que pode sensibilizar as pessoas para reverem atitudes e conhecerem novas, o que, por sua vez, pode criar situações que venham a transformar as condições de vida das pessoas...”.

A primeira implicação da influência da visão de Freire é que os públicos, incluindo as esferas estaduais e municipais do governo, a sociedade civil e os grupos primários da mídia, e considerando o governo federal como enunciante primário, devem protagonizar o espaço de fala, e sua intervenção na formatação de demandas e soluções deve ser majoritária. Neste caso, o papel do Governo Federal é de sensibilizador / mobilizador, e não de nivelador / conquistador dos públicos. Uma segunda decorrência é que o centro dos esforços da ação comunicativa é o diálogo, é abrir, promover, ampliar o espaço do diálogo, da forma mais permanente possível, e nesse esforço ver emergir o horizonte da educação. Formar uma cultura dialógica é determinante – a sua falta põe em risco a efetividade das ações e o grau de confiança mútua entre os interlocutores. Assim é que comunicação e educação são concomitantes e indissociáveis, como o *yin* e o *yang* do círculo taoísta, mutuamente complementares. Não há comunicação plena sem consciência educativa, e nem educação plena sem instrumentalização comunicativa. Em consequência, a qualidade do trabalho de mediação dialógica depende do cuidado de instrumentalização interativa, que significa mediar, documentar e amplificar o intercâmbio de valores. Isso confere ao processo educativo a qualidade indispensável do testemunho das experiências humanas, entre outras qualidades.

A teoria crítica alemã, através de Jüergen Habermas também é, nesse mesmo caminho, uma base importante a ser lembrada. A teoria da ação comunicativa de Habermas justifica-se na percepção no Ocidente do conflito dialético, filosófico e ideológico entre uma “razão técnica”, com a ação estratégica dela derivada, e a “razão comunicativa” e sua derivação em ação comunicativa. Por exemplo, e com um certo senso filológico, etimológico e histórico, perceberemos que só se pode falar em “Estratégia” quando se tem em vista um conflito a ser vencido por uma construção que se pretende superior, que suplante outra, no interesse, acima de tudo, de quem a formula. É uma palavra belicosa, portanto.

Recordemos que a origem do aparecimento e dominação ideológica pelos meios de comunicação de massa no século XX, segundo autores da teoria crítica, ocorreu por força de estratégias de interesse político. O horizonte era mesmo o de competitividade ideológica e raramente de cooperação. Em contraponto dialético à ação estratégica estaria, para Habermas, a prevalência da comunicação principalmente enquanto cooperação e construção de consenso, e não predominantemente como disputa ideológica e competitiva. Nem é, portanto uma questão de oposição maniqueísta, já que não haverá evolução à parte do conflito, mas de graduação, de equilíbrio. Se o discurso da publicidade é, por exemplo, prioritariamente estratégico, é porque há aí uma motivação econômica capitalística que isto determina. Para Habermas (1989), as interações sociais serão mais ou menos cooperativas e estáveis, mais ou menos conflituosas e instáveis. Num extremo estará sempre tendendo para o entendimento mútuo, noutra extremo a orientação é para o sucesso. A base da lógica argumentativa em que este autor tanto insistia, significa a busca de convergências no diálogo, não necessariamente a externalização exaustiva de posições, exaurindo a capacidade dos canais.

A construção de horizonte simbólico (universo significativo apreendido), a partir da persistência de um padrão discursivo determinando a natureza real das relações sociais, também foi estudada por Foucault (1978). Nos iludimos ao não perceber que a paz é proativa, é um trabalho que demanda muito esforço. A comunicação e a educação são, na verdade, as mais altas expressões das artes da paz.

Jacob Levy Moreno é outro pensador que agregou holisticamente educação e comunicação no seu pensamento. A socionomia, ciência por ele formulada, é a ciência do *Encontro* – o encontro é a base da formação da “matriz” de identidade e do desdobramento dessa “matriz” em algumas personagens desempenhadas ao longo da vida – encontro de gerações, saberes, vivências, mundos; encontro para irradiar, refletir, mas também para catalizar e agregar – portanto um sistema de entradas e saídas, nunca unidirecional, onde não há prevalência premeditada de discurso.

Entre pensadores latino-americanos, existe uma trajetória de construções teóricas na qual, por meio da reflexão sobre a interface entre cidadania e comunicação, facilitou processos de pesquisa e de elaboração de políticas públicas em todo o continente, nas áreas de comunicação e mobilização social: Jesús Martín Barbero e Bernardo Toro (Cáli, Colômbia) e Nestor Garcia Canclíni (México), são alguns nomes.

Ao nosso ver, a comunicação, na perspectiva de seu potencial educador, ressalta três qualidades da educação em geral e da educação ambiental: a do Testemunho, a da Argumentação e a da Mobilização. O Testemunho se refere ao compartilhamento proximal de percepções socioambientais, dando visibilidade a experiências humanas emergidas dos conflitos sociais muitas vezes diretamente associados à questão ambiental. Traz à luz, ilustra e exemplifica, por outro lado, as soluções buscadas, as tecnologias sociais e ambientais descobertas na solução daqueles problemas. A Argumentação é a possibilidade de sensibilizar e oferecer detalhes às informações fundamentais à construção do conhecimento e da gestão de conflitos. Dispõe, assim, as mais variadas abordagens cabíveis dentro de uma relação de princípios. A Mobilização, por sua vez, diz respeito à facilitação dos processos organizativos, emulação à participação e a formação de consciência do agir coletivo, sempre a partir de sensibilizações, muitas vezes materializadas em “campanhas”. A apropriação dos mecanismos de comunicação, nesse caso, muitas vezes vai resultar no que chamamos de empoderamento. Na educação ambiental, esses valores são essenciais à implementação do ProNEA. Este potencial de propiciar o empoderamento, por si, indica que é indispensável haver uma política de comunicação que complete e dê sustentabilidade à política de educação ambiental como um todo.

Nesse contexto, a comunicação ambiental, com base no dialogismo, será a mediação e instrumentalização do empoderamento e da apropriação da questão ambiental pela sociedade e suas lideranças.

A partir do pensamento pedagógico de Paulo Freire, uma das matrizes filosóficas do ProNEA, também foi possível efetuar compreensões e reconceituações para o aparecimento de um novo campo de conhecimento, conjugando-se a educação à comunicação: o campo da Educomunicação.

O termo Educomunicação tem sido usado por inúmeros autores, especialmente latino-americanos, como o uruguaio Mário Kaplún (1986) para designar a prática da leitura crítica dos meios – e, ainda hoje, é neste sentido que o conceito é comumente compreendido na literatura vigente. A partir da conclusão de pesquisa sobre a relação Comunicação / Educação, coordenada pelo professor Ismar de Oliveira Soares junto ao Núcleo de Comunicação e Educação da USP (NCE), entre 1997 e 1999, o termo passou a ser usado para designar não apenas os esforços em torno da “leitura crítica” das mensagens midiáticas, mas as ações que compõem o complexo campo da inter-relação Comunicação e Educação. Nesse caso, o conceito de Educomunicação designa, segundo Soares, o conjunto das práticas voltadas para a formação e desenvolvimento de ecossistemas comunicativos em espaços educativos, mediados pelos processos e tecnologias da informação, tendo como objetivo a ampliação das formas de expressão dos membros das comunidades e a melhoria do coeficiente comunicativo das ações educativas, tendo como meta o pleno desenvolvimento da cidadania.

Para Soares, o campo da Educomunicação, portanto, é o resultado da inter-relação entre a Comunicação e a Educação e abrange quatro áreas de intervenção: (a) a educação para os meios, que promove reflexões e forma receptores críticos, (b) o uso e manejo dos processos de produção midiática, (c) a utilização das tecnologias de informação / comunicação no contexto ensino / aprendizagem e (d) a comunicação interpessoal no relacionamento entre grupos.

Neste sentido, e ainda segundo Ismar Soares, podemos frisar que a educomunicação implica na “implementação de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo geral o planejamento, a criação e o desenvolvimento de ecossistemas educativos mediados por processos de comunicação e pelo uso das tecnologias da informação”. Seus objetivos específicos são: promover o acesso democrático à produção e difusão de informação; facilitar a percepção da maneira como o mundo é editado nos meios; facilitar o ensino / aprendizado através do uso criativo dos meios de comunicação (não do ponto de vista instrumentalista, mas partindo da percepção de suas peculiaridades e da importância de democratizar o acesso a eles); e, por fim, promover a expressão comunicativa dos membros da comunidade educativa.

Na perspectiva da educomunicação, portanto, podemos perceber que uma política de gestão da informação (por mais dinâmico e interativo que seja o processo de gestão e disponibilização das informações) não contempla todos os aspectos de uma política de comunicação, que, aqui, apresentamos como ação comunicativa para a criação de sociedades sustentáveis. Na política de comunicação, a educação é, de modo geral, seu percurso e resultado. Comunicação é o caminho pelo qual se emerge a educação, mas não se reduz a métodos e técnicas de ensino. No caso do ProNEA, trata-se mais de um modelo de diálogo entre governo e sociedade.

Podemos partir do mesmo princípio que rege outra linha de ação do ProNEA, a formação de educadores e educadoras ambientais, em que se afirma de forma muito pertinente: “o principal agente da formação é o aprendiz”. Coerentemente, diríamos que o principal agente da ação comunicativa é o público – comunidades e suas lideranças, instituições e setores do governo, solidariamente.

Ao nos referirmos a “estratégias interativas”, “estratégias pedagógicas” ou “estratégias de comunicação”, entre outros contextos em que nos referimos à noção de estratégia, estamos, na verdade, correndo o risco de tomar do público, simbolicamente, o seu protagonismo na ação comunicativa, quando na verdade a intenção é de propor o empoderamento. Uma estratégia, como vimos, volta-se sempre primeiramente ao interesse de quem a traçou. O interesse dos educadores e educadoras que elaboraram o ProNEA é o do fortalecimento do protagonismo de cada um dos indivíduos que (se) educam para a construção de sociedades sustentáveis. Ao se considerar a relevância da ação estratégica, levamos sempre em conta a presença de conflitos a serem geridos, a necessidade de gestão desses conflitos, e não necessariamente a intenção de impor alguma posição. Além dessa, emerge ao mesmo tempo a intenção cooperativa solidária, que amplia e harmoniza os rumos estratégicos, e que distingue a verdadeira educação / comunicação (ou educomunicação), nos auxiliando na união com parceiros, condição essencial à implementação do ProNEA em que se deseja os 180 milhões de brasileiros e brasileiras como atores no processo.

4. Antecedentes

Integrados às diretrizes de educomunicação, alguns dos principais antecedentes que inspiram e norteiam a formulação de uma política de comunicação para a educação ambiental encontram-se destacados a seguir, sendo descritos primeiramente os antecedentes políticos e legais, e posteriormente o de ações desenvolvidas por governos e pela DEA/MMA e CGEA/MEC.

A referência inicial que tem se tomado para as questões da educação ambiental e o que a Agenda 21 passou a consagrar como “conscientização pública para o desenvolvimento sustentável”, encontra-se em seu Capítulo 36 (Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento). Mas é no último Capítulo, 40 (Informação para a Tomada de Decisões) que a Agenda 21 remete mais diretamente às políticas de comunicação. É relevante o princípio descrito no preâmbulo deste capítulo de que todos são, no desenvolvimento sustentável, usuários e provedores de informação, apontando para um rumo de mutualismo e solidariedade. A necessidade de informação completa e fidedigna fortalecendo, em todos os níveis, o processo de tomada de decisão é a motivação central. Como consequência, nos objetivos descritos no Capítulo 40 da Agenda 21, as ações propostas apontam para a melhoria e ampliação, sobretudo nos países em desenvolvimento, de estruturas de coleta, avaliação e análise de dados ambientais, informações multisetoriais e fortalecimento da capacidade de difundir informação tradicional, em especial menção às populações indígenas. Cabe reparar, no entanto, que o pensamento pedagógico brasileiro já avançou razoavelmente em compreender que não se pode ter a pretensão ou ilusão de que devamos ou poderemos “conscientizar” o outro, ou seja, impor consciência. A consciência é uma resultante da compreensão, que não tem tempo marcado para acontecer, nem garantia para nivelamento ou equanimidade.

Consta ainda, no Relatório do Fórum das ONGs brasileiras preparatório para o Fórum Global, a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento paralelo à Rio-92, um capítulo com uma pauta política para os meios de comunicação, com os seguintes itens:

- Promover através da legislação e de iniciativas locais, a democratização dos meios de comunicação;
- Incentivar através de órgãos governamentais ou não, a disseminação de meios de comunicação locais e comunitários;
- Desenvolver programas de formação e treinamento de profissionais da mídia na área do desenvolvimento socioambiental, tanto no âmbito sindical, quanto nas universidades;
- Estabelecer com organismos internacionais, sistemas de cooperação e apoio a meios alternativos, criando um fundo comum destinado à comunidade, como parte dos tratados internacionais pós-Rio 92.

A Carta da Terra (1992) indica, entre os seus meios de implementação, decorrentes dos princípios e objetivos, o seguinte: “IV – Democracia / Não Violência e Paz”. Este objetivo contém o item 14 – “Integrar na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável” e o sub-item c – “Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais”.

A Conferência de Tessalônica (1997) reafirmou, sobre o processo coletivo de aprendizado na educação ambiental que a participação paritária e “o diálogo contínuo é requerido entre governos, autoridades locais, comunidade educacional e científica, empresas, consumidores, ONGs,

mídias e outros, em vista da revisão dos padrões de produção e consumo, rumo a sustentabilidade”, de onde se depreende um papel central articulador das ações comunicativas mediáticas e não mediáticas.

Outra referência, o documento da UNESCO *Educação para um Futuro Sustentável* (1998) confirma a perspectiva da comunicação parceirizada com a mídia na construção da consciência pública para o desenvolvimento sustentável. Por sua vez, o Fórum Global sobre Biodiversidade (Valência, Espanha – 15 a 17 de novembro de 2003) reafirmou a necessidade de se constituírem, nos estados signatários da Convenção RAMSAR (sobre proteção de áreas úmidas), comissões CECOP – de Comunicação, Educação e Conscientização Pública. Na ocasião, somente Austrália, Hungria e Alemanha tinham implementado estas comissões. O VI Simpósio Iberoamericano de Comunicação e Educação Ambiental, ocorrido em Valdivia (Chile), em abril de 2003, sugeriu a formação de grupos de trabalho no tema para o desenvolvimento de políticas nacionais. No, mesmo ano, no Fórum Social Mundial, ocorrido na Índia, foi realizado um painel sobre “estratégias de enfrentamento da mídia”, destacando especialmente a onipresença de valores não-sustentáveis, especialmente na publicidade.

Em novembro de 2003 a plenária da I Conferência Nacional de Meio Ambiente, em Brasília, como já citamos no início, aprovou uma moção que solicita a construção participativa de uma política nacional de comunicação ambiental.

Em dezembro do mesmo ano, ocorreu o 4º Seminário de Comunicação e Meio Ambiente no Brasil, realizado em Brasília, que teve como público alvo o próprio governo. O evento abordou os seguintes aspectos: parceria entre público e privado, campanhas educacionais; relação mídia-meio ambiente e sociedade; democratização da informação ambiental e *marketing* ambiental. Na ocasião o IBAMA apresentou um projeto de Rede Integrada de Telecomunicações.

No âmbito da sociedade civil, vale destacar que em fevereiro de 2004 o Instituto ECOAR para a Cidadania realizou na Praia Grande em São Paulo, uma série de atividades no escopo do programa “De Olho no Ambiente”, promovido pela Petrobrás. Estas ações foram nomeadas pelo Instituto ECOAR como de *Educomunicação*, o qual a entidade já vinha trabalhando há alguns anos. Levando-se em conta práticas similares não declaradamente identificadas com a Educomunicação, percebe-se que no Brasil já há um significativo número de experiências que caminham nessa direção. Das iniciativas universitárias, temos um exemplo na Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, na especialização sobre gestão de informações ambientais, e a disciplina de jornalismo ambiental, recém-criada no curso de Jornalismo da UFRGS. A Educomunicação também é o eixo principal de um recém criado curso de pós-graduação em Gestão de Processos Comunicacionais nas Organizações, nas Faculdades Associadas de Cotia (FAAC) e Faculdades Montessori (FAMEC), no estado de São Paulo.

O V Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2005 em Porto Alegre, também aponta para a retomada da perspectiva da comunicação enquanto direito humano fundamental, e coloca a Educomunicação pela primeira vez como pauta continental, no contexto de uma campanha latino-americana pelo direito à Comunicação. Momentos antes do Fórum, a Anatel em Porto Alegre é invadida, e durante o evento, ocorre uma experiência de desobediência civil com o Fórum de Rádios (a transmissão simultânea em rádios comunitárias é vetada pela lei que regulamenta as mesmas). Em Altamira, no Pará, durante um processo intenso de acirramento de lutas sociais, entre janeiro e fevereiro de 2005, a rede GTA com o apoio de emissoras comunitárias locais, promoveu uma oficina de comunicação, promovendo a formação de educadores (os repórteres beija-flores). O resultado principal é um CD com peças de campanha para rádio que põe em pauta a necessidade urgente de substituição da lei 9.612/98, que regulamenta a radiodifusão comunitária, mas que na opinião quase unânime dos comunicadores populares do país, é na verdade impeditiva à

comunicação comunitária.

A Educomunicação, enquanto política pública, tem dois importantes antecedentes no Brasil: a experiência na prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Marta Suplicy, do programa EducomRádio, que atingiu as escolas públicas municipais de ensino fundamental, e a experiência do Educom Centro-Oeste, que se inicia com 20 escolas no Mato Grosso, 20 no Mato Grosso do Sul e 20 em Goiás. Há movimentos e tentativas registradas de inclusão da educomunicação no âmbito de políticas estaduais de educação (no Espírito Santo, por exemplo) e municipais (Santarém – PA, por exemplo).

O Estado do Mato Grosso criou, em fevereiro de 2003, a primeira Agência Estadual de Notícias Ambientais, tendo como público os veículos de comunicação. O Estado de Pernambuco incluiu, na Agenda Comum de Educação Ambiental, a linha de ação “comunicação e artes”; o Programa de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte (2000), contém cinco sub-programas, e um deles é o de “informação, comunicação e mídia”.

Em Agendas 21 locais em todo o Brasil, incluindo também Planos de DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) – estratégia de elaboração de agendas locais implementada no governo federal entre 1999 e 2002 – constam inúmeras referências a ações de comunicação socioambiental voltadas para o desenvolvimento sustentável: na Agenda 21 do município de Lábrea (AM) por exemplo, entre as ações prioritárias, se inclui a implantação de sistema de comunicação entre Conselho mediador, equipe de projetos, núcleos regionais e membros da Associação Novo Encanto; no plano estratégico de Vitória 1996-2010, se inclui na relação das ações bem-sucedidas, o apoio dos meios de comunicação de massa e a divulgação por mídia espontânea. A prefeitura de Uberlândia promoveu o projeto “Tintim por Tintim – Ciência e Comunicação no Meio Ambiente” em que as oficinas de animação, roteiro e sonorização foram o ponto culminante do projeto.

Como estas, há certamente muitas outras experiências dispersas. Entre as principais ações desenvolvidas em 2003 segundo o relatório do sítio eletrônico da CGEA/MEC, estão a participação e inclusão em mídia de massa. Já em 2001 havia uma publicação da série “PCN em Ação – Educação Ambiental na Escola”, o “Guia de Orientação para Trabalhar com Vídeos”. A CGEA desenvolve uma parceria com a Rádio Senado para produção do programa “Educação Ambiental no AR”; e com a TVE, juntamente com a Secretaria de Educação à Distância, e apoiada pelo MMA e PNUMA, realizou os “Cursos de Formação Ambiental à Distância”; participou de uma série inteira, em 2003, do programa “Salto para o Futuro”, da TVE e, ainda, produziu para a TVE, com o apoio do MMA, o programa “Educação Ambiental na TV”. A Secretaria de Educação à Distância do MEC gerencia a RIVED – Rede Internacional Virtual de Educação à Distância, onde conteúdos para formação de ensino fundamental e médio são produzidos por parceiros da sociedade e rede de ensino, em especial universidades, por todo o Brasil.

5. Dimensões da Educomunicação

Para compreendermos a amplitude do tema Educomunicação e sua aplicabilidade e contato com o socioambientalismo, é importante elucidar as diversas dimensões a que o termo remete simultaneamente:

a) É um campo do conhecimento, *epistême*. Em atividades de pesquisa, produção de conhecimento e formulação de diretrizes filosóficas de projetos e programas socioambientais.

b) Refere-se à educação para a recepção crítica dos conteúdos da comunicação de massa – no exercício da seletividade na escolha da programação dos meios e emprego educativo dessas tecnologias – alfabetização e educação mediática, o que nos EUA se identifica como “*media literacy*”.

c) É promoção de “ecossistemas comunicativos¹” a partir do espaço educativo. O virtual e o presencial se articulam em teia educativa baseada nos encontros, fortalecimento de elos, comunidades interpretativas e de informação/formação. Nesse aspecto, a experiência brasileira ainda focaliza o espaço da escola formal como centro irradiador do processo educacional. A educomunicação, neste caso, implica na revisão das relações comunicativas e de poderes entre direção, professores, pais e alunos. Cabe-nos o desafio de, no âmbito da educação ambiental não-formal, repensar a promoção desses “ecossistemas”.

d) Corresponde ao movimento de gestão participativa dos meios de comunicação, democratização dos sistemas e defesa do direito à comunicação. Portanto, existe enquanto *campo de intervenção social*. Segundo Ismar Soares (2004), “descobriu-se que, há pelo menos trinta anos, uma nova prática comunicativa vem sendo gestada no seio da cultura contemporânea, levando pensadores como Paulo Freire e agentes sociais como Herbert de Souza, o Betinho, a dar à comunicação intencionalidade educativa a partir de um compromisso social definido: garantir a cada cidadão o acesso e o uso democrático dos recursos da comunicação, tendo como meta a ampliação da capacidade expressiva das pessoas, independentemente da condição social, grau de instrução, ou inserção no mercado, garantindo que o postulado que defende o 'livre fluxo' da informação seja globalizado, superando a meta liberal de se garantir a 'liberdade de expressão' tão somente aos que detém controle sobre os sistemas de meios de informação. É a partir desse novo contexto que definimos a Educomunicação como um campo de intervenção social”.

e) Diz respeito aos processos formativos de habilidades comunicativas.

f) É a compreensão educativa da comunicação social. A partir da percepção do papel formador dos conteúdos dos meios de comunicação de massa onde, muitas vezes, predomina a disseminação de valores de consumo insustentável, entre outros problemas, e a falta de uma perspectiva educativa na relação com seus públicos, esta dimensão compreende todo o esforço de ver aumentado o valor educativo na programação, o tempo de programação disponibilizado com esse fim e os cuidados mesmo com a programação não dirigida para esse objetivo, contemplando-se a transversalidade do processo educativo que pode caber em toda essa programação.

¹ O conceito de ecossistema comunicativo, embora soe estranho do ponto de vista das ciências ambientais, é possível a partir da compreensão de uma “ecologia social”, e é uma apropriação conceitual comum ao campo da comunicação, que subsiste sempre na sua transdisciplinaridade.

6. Princípios para o Programa de Educomunicação Socioambiental

“O fato de hoje a Internet ocupar lugar de destaque nos corações e mentes de quem participa de redes não significa que este ambiente de comunicação, mediado pela tecnologia, seja o único campo desejável da ação comunicativa. Pelo contrário. Não só peças convencionais de comunicação (como informativos impressos, folhetos, programas de rádio, vídeos etc.) são importantes, como também, como veremos mais adiante, existe um “meio de comunicação” tremendamente mais poderoso que a Internet no que se refere à compreensão, disseminação de idéias e comportamentos e circulação de notícias no âmbito não só das redes como no das relações sociais de maneira geral: a conversa face a face.” (WWF, 2003)

A partir dos princípios do ProNEA, e considerando os fundamentos e antecedentes acima descritos, chegamos aos seguintes princípios norteadores do Programa de Educomunicação Socioambiental:

a – Dialogismo e Interatividade

Uma ação comunicativa não-excludente de outras experiências e modelos, mas cumulativa, gregária e permeável a novos modos de ver e novas formas de fazer, sempre pelo bem comum e cujos benefícios nunca sejam unilaterais. Uma ação não-competitiva, inclusive no campo ideológico, que não seja apenas para responder (“correr atrás do prejuízo”), ganhar os espaços de direito ou conquistar novos, fazer frente a opiniões, “fazer com que todos falem a mesma língua”, mas lúcida de seu papel de dar visibilidade e escuta à diversidade. Uma ação, ainda, constantemente recíproca entre governo e sociedade.

O principal agente é a população vista como público da educação ambiental – o pertencimento à sua identidade e apropriação dos mecanismos de comunicação depende da capacitação para utilização das mídias. Ao portar aparelhos, pode-se compartilhá-los com os públicos. Uma política de comunicação interativa canalizará a ação comunicativa advinda dos públicos da “educação ambiental”, mais que levá-los informação e conhecimento pré-editado.

b – Transversalidade e Intermidiaticidade

Uma comunicação para a sustentabilidade socioambiental que não se contente com um discurso especializado em ecologia, mas tenha clareza de suas interfaces com as produções discursivas de função estética, pedagógica, espiritualista, jurídica, histórica, etc.

Deve buscar, também, por este mesmo princípio, valorizar as formas de intermídia, isto é, sempre que possível conjugar formas e articular entre si modelos de canalização da informação. Por exemplo, um sistema de programação de rádio distribuível por emissoras de todo o país, transportável por CD-ROM e acessível também por meio da página da educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente, também podendo dar origem a publicações e lançamentos fonográficos. Outro exemplo é o boletim “Ecologia em Notícia” da organização Riosvivos (MT), que vinha adaptado para envio para jornais, rádios, TVs nacionais, regionais e internacionais.

c – Encontro e Integração

União e contato entre gerações, culturas, regiões – o princípio do Encontro só pode ser aplicado plenamente na forma presencial, face-a-face. A ação comunicativa não descarta ou reduz o valor deste tipo de mediação, e sempre valoriza o Encontro.

Este “encontro” também é a promoção da integração de práticas, de conhecimentos, de gerações, de domínios, níveis e papéis sociais, políticos e geográficos. A ação comunicativa deve funcionar em rede e, consciente dessa forma de funcionamento, ser mobilizadora da formação de novas redes, além de favorecer as já existentes.

d – Proteção e Valorização do Conhecimento Tradicional e Popular

A comunicação deve favorecer a construção de identidades individuais e coletivas sem promover apropriações de saberes que favoreçam mais uma parte dos interlocutores que outra. Os benefícios do processo, por outro lado, visam favorecer primeiramente os que estão, pelo menos em tese, na condição de nativos, públicos ou de aprendizes. Especial atenção deve ser dedicada ao risco da apropriação indevida de informações, imagens e conhecimento, de forma geral, que sejam provenientes de comunidades tradicionais. Uma infinidade de tecnologias sociais populares associadas à comunicação ainda estão por ser reconhecidas e protegidas no Brasil.

e – Acessibilidade e Democratização

A ação comunicativa, devidamente baseada no seu *logos* argumentativo, serve como elemento de radicalização da experiência democrática. Por isso, a comunicação visa favorecer e otimizar a organização da sociedade. Nesse sentido, o efeito organizativo torna-se, na verdade, o indicador mais seguro de continuidade e sustentabilidade do processo comunicativo. A política de comunicação democrática, também, é aquela que mantém estreita relação com as demais políticas de proteção à vida e promoção dos direitos humanos. Em decorrência disso, a ação comunicativa tem como objetivo representar articulação permanente com a formação de lideranças e gestão com os processos continuados de educação ambiental. A democratização pressupõe igualmente condições de acesso, não só à informação socioambiental, mas aos seus meios de produção e à gestão participativa dos mesmos.

7. Objetivos e Ações

As ações planejadas como componentes do Programa de Educomunicação Socioambiental buscam articular as atividades previstas no planejamento da linha de ação “Comunicação para a Educação Ambiental” do ProNEA, às quais se somaram as propostas consolidadas na I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental. As ações decorrentes dos objetivos aqui elencados foram propostas por parceiros presentes naquela oficina.

a) Realizar um mapeamento do “estado da arte” da comunicação socioambiental no Brasil

A ação decorrente deste objetivo consiste em cadastrar as informações relativas à comunicação ambiental no Brasil, e envolve as seguintes dimensões:

- a) canais e conteúdos;
- b) educadores ambientais;
- c) estruturas de apoio à produção e difusão; e
- d) sistemas informais.

b) Apoiar as redes de Comunicação Ambiental

Esse objetivo deve implicar no estímulo da cultura de redes no campo da comunicação ambiental, enfatizando a importância do seu envolvimento com a perspectiva educativa. WWF, REBEA, CIEAS, universidades são parceiros potenciais. As atividades do Programa Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil devem ser palco dessa ação. Em junho de 2005 ocorrerá o I Encontro Nacional da Rede Brasileira de Educomunicação Socioambiental – REBECA. Este encontro está agendado para o período de 15 a 17 de junho, em Salvador, Bahia, ocasião em que também se realizará o Encontro Nacional das CIEAs. Criada durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em Goiânia, no dia 5 de novembro de 2004, a REBECA reúne instituições e pessoas que são profissionais e práticos da comunicação, educadores que atuam com a comunicação em processos educativos, gestores públicos, ambientalistas, etc. É o principal canal de diálogo entre governo e sociedade, incluindo comunicadores, pesquisadores, educadores populares e outros, na elaboração e implementação do Programa de Educomunicação Socioambiental.

Também emerge como objetivo fundamental empreender esforços por um melhor nível de diálogo entre os educadores ambientais e o setor do jornalismo ambiental.

Outro aspecto importante é buscar a interação entre a REBECA, a Rede Brasileira de Educomunicadores (Rede Educom) e as redes Latino-Americana e Caribenha de Educação Ambiental e de Educomunicação (esta última animada a partir de Cuba), como instrumento para favorecer as formulações pertinentes à comunicação no âmbito de um Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA).

c) Promover a produção interativa e veiculação de programas e campanhas de educação ambiental para mídia massiva

Esta ação comporta a oferta contínua de conteúdos, promoção de pesquisa para a produção de novos conteúdos, e o fomento à produção educativa ambiental para meios de educação difusa,

com foco no rádio e na TV como veículos prioritários. O aspecto interativo, princípio do Programa, implica no privilégio àquelas iniciativas de produção que reflitam um processo educativo em torno de si, e também um plano de difusão pedagógica.

A produção interativa visa fomentar os sistemas solidários de produção e veiculação de comunicação socioambiental; induzir a gestão popular nos MCM.; alimentar canais públicos demandantes de conteúdos socioambientais; “ambientalizar” os veículos de comunicação comerciais de alcance nacional; abrir oportunidades de divulgação e apropriação dos conteúdos sobre educação ambiental produzidos em diversos âmbitos.

Uma boa forma de promover estas dinâmicas de produção interativa pode ser a realização de seleções públicas de campanhas e programas, o que pode incrementar dinâmicas de criação em grupo em todo o país, e gerar processos educativos participativos em diversos níveis e ambientes, especialmente nas escolas e universidades.

d) Implantar o Sistema Virtual de Canais de Rádio e TV

Este sistema tem como função a catalização da comunicação ambiental para áudio e vídeo, trazendo para si o papel de um centro irradiador de conteúdos, apoiando e mantendo a dinâmica de produção interativa de campanhas e programas. Este sistema promoverá a circulação democratizada de conteúdos, e o intercâmbio entre os diversos produtores e exibidores. Serve, assim, como mecanismo para suprir demandas de canais públicos e comunitários com programação. Ainda, abre canais para circulação de campanhas do governo federal, estaduais e municipais em temas ambientais.

Desta forma, poderemos disponibilizar informação e comunicação socioambiental, coerentemente com os objetivos e princípios do ProNEA para utilização em processos educativos ambientais.

O Sistema Virtual deverá estar associado a módulo(s) específico(s) no SIBEA; e deverá ainda, incorporar gradativamente ferramentas de educação à distância, contendo também *links* com outros portais de conteúdos, páginas de redes, de emissoras de rádio e TV, etc.

e) Prover novas estruturas de produção popular de comunicação ambiental, destacando a radiodifusão educativa

A idéia é a de identificar localidades e espaços educativos com demanda expressiva por radiocomunicação, projetos em curso, área ainda não ocupada com rádios educativas / comunitárias em funcionamento, portanto com direito a pleito legal. A ação depende de oficina presencial com dinâmica de formação e disponibilização, após a oficina, de equipamento que possibilite a gestão de um projeto educativo em rádio. Para isso, deve-se buscar parceiros que possam investir na formação e inclusão tecnológica desses embriões. A melhor forma será, sem dúvida, agrupar atores de uma mesma região numa oficina, de forma a gerar pólos que facilitem o investimento e suscitem o contato intercomunitário e facilite o trabalho em redes de comunicação populares formais ou informais pré-existentes.

f) Pesquisar e oferecer, por intermédio de publicações, metodologias para diagnósticos de comunicação para programas e projetos socioambientais, metodologias de formação de educadores socioambientais e subsídios para a elaboração de programas estaduais e municipais de educação socioambiental

Este processo de pesquisa deve ser realizado a partir de parcerias institucionais, especialmente com universidades.

g) Promover a Formação dos Educadores Socioambientais

Acreditamos que as demais ações/projetos contidos no Programa de Educação Socioambiental devem colaborar com este mesmo fim, o da formação de educadores. Esta diretriz deve dialogar, buscando coesão com os princípios metodológicos e movimentos do Programa de Formação de Educadores Ambientais da DEA/MMA. Será preciso constituir cardápios específicos de formação de educadores socioambientais. Assim, as publicações, o sistema virtual, a produção interativa de programas e campanhas, a implantação de embriões de rádio educativa, todas essas ações devem contribuir com a formação de educadores socioambientais.

Em experiências já realizadas no país, tanto no setor público quanto no não-governamental, em oficinas de comunicação ambiental do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, e no âmbito do governo do estado do Tocantins, já emergiu um importante ator derivado desses processos formativos: o repórter popular ambiental.

Para a formação de educadores ambientais, deve-se frisar que é imprescindível ocorrer uma oficina presencial. Por isso as oficinas que venham a organizar coletivos educadores nas Unidades Federativas devem ser o mecanismo metodológico primordial para efetização deste processo.

8. Referências bibliográficas e outras indicações de leitura

- BELTRAND, Marcelo Vernet (Org.). *Manual de Comunicação e Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2004.
- BRASIL – governo federal. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Ministério da Educação, 2005 (3ª edição).
- BUBER, Martin. *Do Diálogo e do Dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CANCLINI, Néstor. Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 12ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Fórum de ONGs Brasileiras. *Meio Ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*. Relatório do Fórum das ONGs brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro. 1992.
- HABERMAS, Juergen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- KAPLÚN M. *El Comunicador Popular*. Buenos Aires: Humanitas, 1986.
- LIMA, Venício A. De Lima. *Mídia – Teoria e Política*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.
- LUZ, Dioclecio. *Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer Rádios Comunitárias na Intenção de Mudar o Mundo*. Brasília: produção independente, 2001.
- MOLISSON, Bill. *Introdução à Permacultura*. Brasília: PRODEAGRO, 1996.
- MORIN, Edgar & LE MOIGNE, Jean-Louis. *A Inteligência da Complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- SOARES, Ismar de Oliveira Soares. *Educommunication*. São Paulo: NCE–ECA/USP. 2004.
- UNESCO/IBAMA/SEMA-SP. *Educação para um Futuro Sustentável – Uma Visão Transdisciplinar para uma Ação Compartilhada*. Brasília: Edições IBAMA, 1999.
- WWF. *Redes – Uma Introdução às dinâmicas de conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF Brasil, 2003.

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Série Documentos Técnicos

1. CIEAs – Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental
2. Programa de Educomunicação Socioambiental

Próximos números

Construindo juntos a educação ambiental brasileira: relatório da Consulta Pública do ProNEA
Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental
A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: o que pensa o público do V Fórum
Brasileiro de Educação Ambiental

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Ministério da Educação - MEC

